



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

**I. Regência Legal**

Lei Federal Nº 14.133/2021, Lei Municipal Nº 2.172 de 29/06/2011 (Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempresário Individual), Lei Municipal Nº 2.973 de 12/03/2025 e 2.976 de 27/03/2025 e demais legislações aplicáveis.

**II. Órgão Interessado**

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

**III. Modalidade/Forma/Nº de Ordem**

Concorrência Eletrônica – Nº 005/2026

**IV. Processo Administrativo Nº**

048/2026

**V. Tipo de Licitação**

Menor Preço Global – Com Inversão de Fases

**VI. Modo de Disputa**

Aberto

**VII. Reserva de Quota ME/EPP**

☐ Sim ☒ Não

**VIII. Regime de Execução**

( X ) Empreitada por Preço Unitário

( ) Empreitada por Preço Global

( ) Execução por Tarefa

( ) Empreitada Integral

**IX. Objeto**

Constitui-se objeto desta licitação **Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para a Execução de Serviços Continuados de Manutenção e Conservação da Infraestrutura Urbana, abrangendo Pavimentação em Paralelepípedo, Piso Intertravado e em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), em diversos Logradouros do Município de Valença, de acordo com as Especificações e Quantitativos constantes no Termo de Referência e Planilha Orçamentária.**

**X. Data Limite para o Envio de Propostas e Abertura das Propostas**

**Data:** 29/04/2026 **Horário:** 08:59 horas

**Endereço Eletrônico:** [portal.licitanet.com.br](http://portal.licitanet.com.br)

**XI. Acolhimento de Propostas**

**Data:** 18/03/2026 **Horário:** 08:00 horas

**XII. Início da Disputa**

**Data:** 29/04/2026

**Horário:** 09:00 horas

**XIII. Prazo de Vigência do Contrato/ Prazo de Execução**

O Prazo de Execução e Vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, a serem contados a partir do 5º (quinto) dia da data da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite estabelecido nos termos dos Art. 106 e Art. 107, caputs da Lei 14.133/2021.

**XIV - Local, Horário e Meio de Comunicação para esclarecimentos sobre este Edital**

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta Licitação serão prestados pela Agente de Contratação, diariamente, das 08:00 às 17:00 horas, no Departamento de Licitação e Contratos, vinculado à Chefia de Gabinete, situado na Travessa General Labatut, S/Nº - Centro – Valença/Bahia, pelo Telefone: (075) 3641-8319 ou por e-mail [comissaolicitacaopmv@gmail.com](mailto:comissaolicitacaopmv@gmail.com).

**Autoridade Competente:** Marcos Antônio Medrado

**Agente de Contratação Responsável:** Luciana Brito Bispo Nascimento

**Ato de Designação:** Decreto Nº 5.589/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

EDITAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 048/2026.  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 005/2026.

PREÂMBULO

O Município de Valença/BA, por intermédio da Chefia de Gabinete, através da Agente de Contratação, designado pelo Decreto Nº 5.589/2025, publicado no Diário Oficial do Município, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, realizará licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica** com julgamento pelo **Menor Preço Global e Regime de Execução de Empreitada por Preço Unitário**, para **Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para a Execução de Serviços Continuados de Manutenção e Conservação da Infraestrutura Urbana, abrangendo Pavimentação em Paralelepípedo, Piso Intertravado e em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), em diversos Logradouros do Município de Valença, de acordo com as Especificações e Quantitativos constantes no Termo de Referência e Planilha Orçamentária**. O procedimento licitatório observará as disposições da Lei Federal Nº 14.133/2021, Lei Municipal Nº 2.973 de 12/03/2025 e 2.976 de 27/03/2025 e demais legislações aplicáveis.

**DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:**

**DIA:** 29/04/2026.

**HORÁRIO:** 09:00 HORAS

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [portal.licitanet.com.br](http://portal.licitanet.com.br)

**1. OBJETO**

1.1. **Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para a Execução de Serviços Continuados de Manutenção e Conservação da Infraestrutura Urbana, abrangendo Pavimentação em Paralelepípedo, Piso Intertravado e em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), em diversos Logradouros do Município de Valença**, conforme especificações constantes no **Anexo I**.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por vários itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, aferido de forma **GLOBAL**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do Art. 34 da Lei Nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DO ORÇAMENTO**

2.1. Os serviços objeto deste Edital serão executados sob regime de: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

2.2. O critério de julgamento será por **MENOR PREÇO GLOBAL**.

2.3. O desconto resultante do valor do lance ofertado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

2.4. O modo de disputa será **ABERTO**.

2.5. O valor estimado da licitação é de **R\$ 17.875.349,87 - (dezessete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos)**.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

### 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes deste Instrumento Contratual correrão por conta da Lei Orçamentária do Município de Valença/ Bahia, à conta da seguinte programação financeira:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO

Fonte: 1500 / 1708

Elemento: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Descrição do Recurso: 15.451.017.1056 - Pavimentação e Drenagem de Vias Urbanas

### 4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1. Os documentos que integram o Edital poderão ser consultados na Plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas e Portal da Transparência do Município de Valença ([www.valenca.ba.gov.br](http://www.valenca.ba.gov.br)).

### 5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

5.1. A impugnação ao Edital poderá ser realizada pela forma eletrônica através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

5.2. Apresentada a impugnação, ela será respondida à interessada, dando-se publicidade na Plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), consoante preceitua o parágrafo único do Art. 164 da lei Nº 14.133/2021;

5.3. Caberá a Agente de Contratação designada, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

5.4. Acolhida a impugnação e está impactar na reformulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5. Compete à empresa interessada fazer um minucioso exame do edital, seus anexos e documentação correspondente, de modo a poder apresentar, por escrito, todas as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados, para a devida correção ou esclarecimentos, até **03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, conforme disposição elencada no Art. 164 da Lei Nº 14.133/2021.

5.6. O Setor de Licitações responderá, oficialmente, as questões pertinentes que lhe forem formuladas, disponibilizando as questões com as respectivas respostas na Plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

### 6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O Prazo de Vigência Contratual será de **12 (doze) meses** a partir da data da última assinatura dentre as partes e testemunhas, na forma do Artigo 111 da Lei Nº 14.133/2021. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no Instrumento Contratual.

6.2. O Prazo para Execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir do 5º (quinto) dia da data da emissão da ordem de serviço.

6.3. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo será a responsáveis pela fiscalização e gerenciamento do Instrumento Contratual, conforme identificação abaixo:

#### 6.4. DA FISCALIZAÇÃO:

6.4.1. A fiscalização decorrente desta contratação será realizada pelos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento, designados como responsáveis pelo Contrato: o Engenheiro Civil, **Cristiano Barbosa dos Santos Júnior**, Matrícula nº 72454289 e o Gestor do Contrato, **Luiz Antonio Paulo da Paixão Júnior**, Matrícula nº 55792026 ou pelo respectivo substituto designado. Fica permitida a contratação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **7. DO CREDENCIAMENTO**

7.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

7.2. Para ter acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

7.4. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Prefeitura, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5. Acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.6. Comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.7. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma.

#### **8. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

8.1. Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

8.1.1. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, uma vez que não se aplica a este objeto.

8.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

8.2.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

8.2.2. Autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

8.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14 da Lei Nº 14.133/2021;

8.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

8.2.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

8.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

pela legislação trabalhista;

8.2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato Agente Público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.9. Entidades empresariais que estejam reunidas; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão Nº 746/2014-TCU-Plenário);

8.2.10. Instituições sem fins lucrativos (§ único, Art. 12, IN/SEGES Nº 05/2027);

8.2.11. Sociedades Cooperativas;

8.2.12. Pessoa física, em qualquer hipótese.

8.3. Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do Instrumento Contratual, direta ou indiretamente, observados os termos do Art. 14 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

## 9. DA INVERSÃO DE FASES – HABILITAÇÃO

9.1. A presente licitação será conduzida com **inversão das fases procedimentais**, conforme autoriza o art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Assim, a habilitação antecederá a análise das propostas e dos lances, assegurando maior controle sobre a capacidade técnica e a qualidade da execução do objeto.

9.2. A adoção da inversão de fases proporciona a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da aptidão dos concorrentes, garantindo que apenas empresas que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência avancem para a etapa competitiva.

9.3. A habilitação prévia se mostra indispensável, pois permite que a Administração selecione, desde o início, somente licitantes que efetivamente cumpram os critérios técnicos exigidos, restringindo a disputa às empresas aptas à execução do objeto.

9.4. O procedimento observa, também, as disposições constantes do Termo de Referência elaborado pelas Secretarias Demandantes.

9.4.1. A análise técnica será realizada pela equipe técnica do Município de Valença/BA, que emitirá relatório contendo manifestação sobre a habilitação ou inabilitação dos licitantes.

9.5. Concluída a etapa de habilitação, a Agente de Contratação verificará se a licitante provisoriamente habilitada atende às condições previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à inexistência de sanções impeditivas, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNJ.

9.5.1. Também poderá ser consultado o cadastro unificado do Tribunal de Contas da União. As consultas incidirão sobre a empresa e sobre seu sócio majoritário, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429/1992. Caso seja identificada sanção impeditiva, o licitante será considerado inabilitado.

9.6. Encerrada a fase de habilitação, a Agente de Contratação analisará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas incompatíveis com as exigências deste edital, que possuam vícios insanáveis ou que não atendam às especificações técnicas do Termo de Referência.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 9.7. Serão exigidos, para fins de habilitação, os documentos constantes do Termo de Referência que comprovem a capacidade do licitante de executar o objeto, em conformidade com os Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.8. A documentação referente à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, bem como o Plano de Trabalho, conforme orientações do Termo de Referência, deverão ser enviados diretamente pelo Sistema Eletrônico.
- 9.9. Caso a empresa vencedora seja estrangeira e não possua funcionamento no Brasil, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e apostilados ou consularizados.
- 9.10. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, pelo Sistema ou encaminhados por e-mail, quando houver diligência, de acordo com a orientação do pregoeiro;
- 9.11. Será admitida a substituição da documentação por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 14.133/2021.
- 9.12. A Agente de Contratação verificará se o licitante apresentou declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações, conforme art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.13. Será analisado se o licitante apresentou, no Sistema, a declaração de cumprimento das regras de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, sob pena de inabilitação, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.14. O licitante deverá apresentar declaração, sob pena de inabilitação, que sua proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.
- 9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar qualquer documento exigido ou apresentá-lo em desacordo com o edital.
- 9.16. A Agente de Contratação poderá obter certidões diretamente nos sítios oficiais dos órgãos emissores a qualquer fase do processo.
- 9.17. Não serão aceitos documentos contendo CNPJ divergente, exceto nas hipóteses legais, incluindo o uso do CNPJ da matriz para comprovação de regularidade da filial, podendo ser administrado o CNPJ da matriz como comprovação de regularidade.
- 9.18. Caso seja necessária análise mais detalhada, a Agente de Contratação poderá suspender a sessão, informando nova data e horário de continuidade, pelo chat do portal, com no mínimo 24 (vinte quatro) horas de antecedência, exceto em intervalos de almoço, bem como término do expediente.
- 9.19. Atendidos os requisitos de habilitação e estando os valores ofertados em conformidade com o edital, o licitante será declarado vencedor.
- 9.20. O Sistema gerará a **Ata da Sessão Pública**, contendo o registro das participantes, dos lances finais e de todas as ocorrências relevantes.

## 10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS E FASE DE LANCES

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em Sessão Pública, por meio de Sistema Eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no Sistema, até a abertura da Sessão Pública.
- 10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, nas descrições da plataforma do Sistema.
- 10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.3. O Sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Agente de





## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Contratação/Comissão e os licitantes.

10.4. O Sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6. O lance deverá ser ofertado pelo Valor Total Global.

10.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

10.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

10.10. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no Sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.12. Adotado para o envio de lances na Concorrência Pública o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.12.1. A etapa de lances da Sessão Pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

10.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública encerrar-se-á automaticamente, e o Sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.14. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16. Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17. No caso de desconexão com a Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do processo, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para a Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a Sessão Pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Agente de Contratação aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20. Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.22. A Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.23. É facultado a Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.24. Após a negociação do preço, a Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.25. É de responsabilidade do licitante o acompanhamento e envio dos documentos solicitados. O não atendimento implicará na desclassificação da arrematante.

## 11. DO JULGAMENTO

11.1. Encerrada a fase de negociação, a Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5. Verificadas as condições de participação, a Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.6.1. Contiver vícios insanáveis;

11.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 11.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da Agente de Contratação, que comprove:

- 11.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- 11.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 11.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 11.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante;
- 11.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

11.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **12. FASE DE HABILITAÇÃO**

12.1. As empresas deverão apresentar:

### **12.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- e) Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

#### 12.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte.
- e) A Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser atendida pela apresentação da Certidão Negativa de Tributos ou Positiva com efeitos de Negativa de tributos municipais da sede da licitante.
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011.
- h) Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

#### 12.1.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- c) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- g) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- h) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

j) Os índices de que tratam o item 13.4.2, será calculado pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, através da Declaração de Habilitação do Profissional – DHP.

k) 13.4.11. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

#### 12.1.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

##### 12.1.4.1. DA EQUIPE TÉCNICA

A Contratante considera essencial para o pleno cumprimento do objeto da presente licitação a disponibilidade permanente de equipe técnica de administração local, responsável pela coordenação, supervisão e execução dos serviços contratados. Nesse sentido, a Contratada deverá manter, obrigatoriamente e de forma ininterrupta durante toda a vigência contratual, a presença mínima dos profissionais abaixo relacionados:

TABELA A – EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA		
PROFISSIONAL	QUANTIDADE	PERÍODO
ENGENHEIRO CIVIL	01	INTEGRAL
ENCARREGADOS DE OBRAS CIVIS	01	INTEGRAL

##### 12.1.4.2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL

Para efeito de comprovação da qualificação técnica, a empresa deverá apresentar a seguinte documentação, conforme o disposto no art. 67 da Lei 14.133/21:

a) Registro ou inscrição no CREA-BA ou CAU-BA, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação, em plena validade e com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação:

I. No caso de registro/inscrição em outra jurisdição o comprovante de registro/inscrição na entidade profissional competente deverá ser visado e assinado pelo conselho de classe do Estado da Bahia;

II. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

b) Comprovação que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional(ais) listado(s) na **Tabela A**, registrado(s) no CREA/CAU, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica da execução da obra ou serviços de características semelhantes para fins de contratação, em uma das formas a seguir:

I. Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;

II. Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;

III. Registro na certidão da Empresa no CREA como Responsável Técnico;

IV. Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura dos envelopes da licitação, com reconhecimento de firma das assinaturas.

c) Certidões acompanhados de atestados, emitidos pelo CREA/CAU, que demonstrem capacidade técnica profissional na execução de serviços similares de complexidade equivalente ou superior a 50% dos quantitativos da **Tabela B**.

I. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela Própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

II. Por se tratar de serviços contínuos, para os itens 1, 2 e 3 da **Tabela B**, deverá ser comprovado na certidão de acervo técnico dos referidos itens que o licitante tenha executado serviços similares em períodos sucessivos ou não, por um prazo de no mínimo 3 anos total.

TABELA B		
ITENS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID
1	APLICAÇÃO DE CBUQ EM OPERAÇÕES DE TAPA BURACO	TON
2	EXECUÇÃO DE REPARO EM PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO	M2
3	EXECUÇÃO DE REPARO EM PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	M2
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO RÍGIDO DE CONCRETO	M3
5	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PEAD DN ATÉ 600MM	M
6	ATERRO MECANIZADO DE VALA	M3

d) Atestados que demonstrem capacidade técnica operacional na execução de serviços similares de complexidade equivalente ou superior a 50% dos quantitativos da **Tabela C**.

I. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela Própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;

II. Por se tratar de serviços contínuos, para os itens 1, 2 e 3 da **Tabela B**, deverá ser comprovado na certidão de acervo técnico dos referidos itens que o licitante tenha executado serviços similares em períodos sucessivos ou não, por um prazo de no mínimo 3 anos total.

TABELA C - COMPROVAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL				
ITENS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	TOTAL	QTD MÍNIMA A SER COMPROVADA
1	APLICAÇÃO DE CBUQ EM OPERAÇÕES DE TAPA BURACO	TON	1.440,00	720,00
2	EXECUÇÃO DE REPARO EM PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO	M2	25.000,00	12.500,00
3	EXECUÇÃO DE REPARO EM PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	M2	10.000,00	5.000,00
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO RÍGIDO DE CONCRETO	M3	400,00	200,00
5	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PEAD DN ATÉ 600MM	M	4.800,00	2.400,00
6	ATERRO MECANIZADO DE VALA	M3	3.000,00	1.500,00

c) Para o fornecimento e aplicação de insumos asfálticos, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, na fase de habilitação, como condição sine qua non para sua habilitação no certame, a Licença de Operação emitida pelo órgão ou entidade ambiental competente, referente à Usina de Asfalto que será utilizada na execução do objeto licitado. A referida licença poderá ser apresentada em uma das seguintes situações:

I. Usina própria: quando a licitante for proprietária da usina de asfalto a ser utilizada, deverá apresentar a Licença de Operação em seu nome, vigente na data da habilitação.

II. Usina de terceiro: na hipótese de a licitante não possuir usina própria, será admitida a apresentação da Licença de Operação de usina pertencente a terceiro, desde que acompanhada de Termo de Compromisso de Fornecimento devidamente firmado entre a licitante e o proprietário da respectiva usina, no qual conste expressamente o compromisso de fornecimento dos insumos asfálticos necessários à execução do objeto



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**  
**ESTADO DA BAHIA - BRASIL**

contratado, pelo período de vigência do contrato. (Acórdão nº 6047/2015-2ª Câmara do TCU e Agravo de Instrumento 837832/MG do STF).

d) Declaração, a ser assinada pelo representante legal da empresa licitante, afirmando ter tomado conhecimento de todas as informações sobre a licitação e das condições do Edital, bem como do local para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado, conforme modelo constante no anexo.

I. As licitantes poderão realizar visita, declarando que a licitante tomou conhecimento do local onde será prestado o objeto, de acordo com as condições do edital.

e) A empresa licitante poderá, a seu exclusivo critério, declinar da realização da visita técnica ao local de execução dos serviços. Nessa hipótese, em substituição ao Atestado de Visita Técnica, a licitante deverá apresentar declaração formal, subscrita pelo seu representante legal com poderes para tanto, sob as penas da lei, na qual ateste expressamente:

I. Que possui pleno conhecimento de todas as informações, condições locais, peculiaridades técnicas e demais fatores que possam influir na execução do objeto licitado;

II. Que assume total e irrestrita responsabilidade pelo teor da declaração prestada, bem como pelas consequências decorrentes de eventual desconhecimento das condições de execução não declarado; e

III. Que, em razão do conhecimento formalmente declarado, fica impedida de pleitear, a qualquer tempo durante a vigência contratual, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica ou financeira fundamentadas em alegação de desconhecimento das condições locais ou das informações disponibilizadas no processo licitatório. No ato da assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar declaração de que possui plenas condições de atender a perfeita execução do contrato.

f) A empresa Contratada deverá disponibilizar, de forma contínua e ininterrupta durante toda a vigência contratual, equipes técnicas e operacionais suficientes para a plena execução dos serviços objeto do contrato, observando, como requisito mínimo obrigatório, a composição de profissionais estabelecida no quadro a seguir.

ITEM	ATIVIDADE	QUANT.
1	EQUIPE DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM CORTADORA DE PISO E MARTELETE ROMPEDOR, CONSIDERANDO SERVIÇO DE SEGUNDA A SEXTA HORÁRIO DIURNO (1 RASTELEIRO E 4 AJUDANTES)	1
2	EQUIPE DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO OU INTERTRAVADO (1 CALCETEIRO E 2 AJUDANTES)	3
3	PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR PARA ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS	1
4	ENCARREGADO GERAL	1

I. As quantidades descritas correspondem apenas a uma previsão inicial, podendo a qualquer tempo haver redução ou acréscimo no número de equipes, de modo a atender aos interesses da CONTRATANTE. No caso de redução no número de equipes, não caberá a CONTRATADA pleitear qualquer tipo de ressarcimento perante CONTRATANTE.

#### **12.1.4.3. COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES**

a) As equipes de trabalho e os profissionais indicados deverão atender aos seguintes requisitos:

<b>TABELA 01</b>
------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Item	Atividade	Composição por Equipe/ Qualificação Técnica
1	EQUIPE DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM CAMINHÃO TOCO, CAMINHÃO BASCULANTE 10M³ TRUCADO DE CABINE SIMPLES E CORTADORA DE PISO	01 profissional 04 serventes 01 encarregado
TABELA 01 (continuação)		
Item	Atividade	Composição por Equipe/ Qualificação Técnica
2	EQUIPE DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO OU INTERTRAVADO, COM CAMINHÃO BASCULANTE 10M³ TRUCADO DE CABINE SIMPLES	01 profissional 02 serventes 01 encarregado
3	PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR PARA COORDENAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS	Graduação em engenharia civil, com registro no Conselho de Classe e experiência mínima comprovada de 05 anos na execução dos serviços descritos neste termo de referência.

b) A comprovação de experiência mínima a que se refere o item poderá ser realizada mediante CTPS ou contrato de prestação de serviço. No caso de sócio a comprovação dar-se-á mediante apresentação de contrato social atualizado e de acervo técnico.

c) As equipes destinadas a manutenção e conservação continuada dos Sistemas de micro drenagem e de passeios, pavimentos rígidos e semirrígidos, poderão ser redimensionadas conforme especificidade e/ou complexidade do serviço a ser realizado, sendo o quantitativo apresentado no quadro acima apenas um indicativo, considerando-se condições normais de serviço.

d) As atividades destinadas a manutenção preventiva e correlativa de forma continuada de pavimentos asfálticos com uso de caçamba e caminhão ou silo móvel térmico, serão remuneradas por valor de equipe, não sendo permitido nestes casos modificação na composição das equipes. As demais atividades serão remuneradas conforme serviços executados, previstos na planilha orçamentária integrante do processo licitatório.

#### 12.1.4.4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS

a) A empresa vencedora de cada lote deverá disponibilizar os equipamentos abaixo listados para execução dos serviços descritos neste termo de referência.

TABELA 02	
Quant.	Descrição do Equipamento
02	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M
08	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA
01	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA
02	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TANDEM AÇO LISO, POTÊNCIA 58 HP, PESO SEM/COM LASTRO 6,5 / 9,4 T, LARGURA DE TRABALHO 1,2M
01	GUINDAUTO HIDRÁULICO TIPO MUNCK
01	MINICARREGADEIRA SOBRE RODAS COM VASSOURA ACOPLADA
01	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA





PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

01	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA - BRAÇO LONGO
01	CAMINHÃO EQUIPADO COM EQUIPAMENTO SEWER-JET/COMBINADO (JATO DE ALTA PRESSÃO COM ASPIRAÇÃO).

b) Por determinação da CONTRATANTE todos os veículos utilizados na execução dos serviços deverão ser identificados em suas laterais, por meio de adesivo, conforme definido pela Secretaria de Infraestrutura e Planejamento.

b) Será também obrigação da CONTRATADA, disponibilizar para cada equipe da manutenção preventiva e corretiva de pavimentos asfálticos, os seguintes equipamentos:

**12.1.4.5. EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS PARA EQUIPES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS**

TABELA 03	
QUANT.	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS POR EQUIPE
01	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1").
01	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015
01	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - CHP DIURNO. AF_07/2016

a) Nos serviços de manutenção continuada e corretiva (tapa buracos) cuja área seja superior a 20m², a compactação deverá ser realizada por meio de rolo compactador.

b) Os equipamentos e veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão apresentar boas condições de uso e tempo de fabricação não anterior a 05 (cinco) anos do tempo da celebração do contrato.

A empresa CONTRATADA deverá também disponibilizar as seguintes ferramentas e EPI's (equipamentos de proteção individual) por equipe de operação:

**FERRAMENTAS/EPIs POR EQUIPE**

TABELA 04		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/ EPIs	QUANT.
1	Uniforme (conforme especificado pela fiscalização)	05
2	Par de botas de couro	05
3	Luva de raspa	05
4	Colete reflexivo	05
5	Enxada	05
6	Pá de bico	05
7	Cone de sinalização	12
8	Rolo de fita de sinalização (500 m)	01
9	Placa de sinalização (conforme especificado no Anexo C)	02
10	Picareta	05
11	Carrinho de mão	03

Para os operários integrantes das equipes de manutenção preventiva e corretiva de pavimentos asfálticos deverão ser disponibilizados além das ferramentas descritas na tabela 03, os seguintes itens:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

TABELA 04		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/EPIs	QUANT.
1	Regador com bico de pato	03
2	Vassoura	05
3	Rastelo	02

Para os operários integrantes das equipes de manutenção e conservação continuada dos Sistemas de micro drenagem, passeios, pavimentos rígidos e semirrígidos deverão ser disponibilizados além das ferramentas descritas no item 8.5, os seguintes itens:

**FERRAMENTAS/EPIs ESPECÍFICOS PARA EQUIPES DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM**

TABELA 05		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/EPIs	QUANT.
1	Alavanca	05
2	Pá quadrada	05
3	Martelo de calceteiro	05
4	Colher de pedreiro	05
5	Mangueira nível	01
6	Ponteiro	03
7	Talhadeira	03
8	Desempenadeira	03
9	Régua de alumínio de 02 metros de comprimento	02
10	Balde plástico 12 litros	10
11	Linha de pedreiro	02
12	Escala de Pedreiro	02
13	Prumo de centro	02
14	Prumo de face	02
15	Marreta de 1 kg	05
16	Marreta de 2 Kg	05
17	Martelo	02
18	Serrote	02

### 13. DECLARAÇÕES

13.1. O licitante deverá apresentar declarações:

13.1.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

13.1.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

13.1.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

13.1.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (artigo 93 da Lei Federal nº 8.213/1991), para aprendiz (artigo 51 do Decreto Federal nº



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

9.579/2018), bem como demais reservas de cargos previstas na legislação e em outras normas específicas.

#### 14. DA VISITA TÉCNICA

14.1. **CASO OPTE PELA VISITA TÉCNICA DEVERÁ SER ENTREGUE** cópia do documento comprobatório da Visita Técnica emitido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo/PMV, de acordo com **ANEXO V**, que a licitante tomou conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto com plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, bem como de todas condições estipuladas no Edital, Planilha Orçamentária e TERMO DE REFERÊNCIA da presente licitação. A empresa que se interesse em comparecer a visita técnica deverá encaminhar e-mail para [infra@valenca.ba.gov.br](mailto:infra@valenca.ba.gov.br) ou agendar por telefone (71) 3641-3834.

14.2. **CASO NÃO OPTE PELA VISITA TÉCNICA DEVERÁ SER ENTREGUE DECLARAÇÃO** do Representante da empresa constando ter conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto com plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, bem como de todas condições estipuladas no Edital, Planilha Orçamentária e TERMO DE REFERÊNCIA da presente licitação.

#### 15. DOS RECURSOS

15.1. Divulgada a decisão da Comissão, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, a Licitante terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para interpor recurso, via Sistema, contados a partir da data da intimação da decisão que se fará por publicação no Sistema, em conformidade com o que dispõe o Art. 165, Inc. I da Lei 14.133/2021.

15.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, **03 (três) dias úteis**, e terá início imediatamente ao término do prazo para interpor recurso, em consonância com o preceito no §4º do Art. 165 da Lei 14.133/2021;

15.3. É assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.4. Caso a Agente de Contratação não exerça juízo de retratação, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no Art. 165, §2º da Lei Nº 14.133/2021.

15.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7. A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste edital e seus anexos não serão conhecidos.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.

#### 16. DO ENCERRAMENTO E DISPOSIÇÕES SOBRE O INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) anular o procedimento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que apresente ilegalidade insanável;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- c) revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação em ato único, para posterior assinatura do Instrumento Contratual.

16.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

16.3. Será facultado à Prefeitura Municipal, quando o convocado não assinar o termo de Instrumento Contratual ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Instrumento Contratual nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

16.4.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

16.4.2. Adjudicar e celebrar o Instrumento Contratual nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DA CONTRATADA**

17.1. A adjudicatária terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas, após formalmente convidada, para assinar o Instrumento Contratual, que obedecerá ao modelo constante do Anexo deste Edital.

17.2. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pela Prefeitura;

17.3. Se a adjudicatária não assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no subitem precedente, estará sujeita às penalidades previstas neste Edital;

17.4. Aplicam-se à execução das OBRAS e/ou dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA a serem contratados as normas da ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas, assim como as determinações da **CONTRATANTE** e da legislação pertinente;

17.5. Se a Contratante relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da Licitante Adjudicatária, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido;

17.6. A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da contratada.

17.7. Do Instrumento Contratual, regulado pelas instruções constantes deste Edital e seu(s) anexo(s), decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços objeto desta licitação.

17.8. Fica determinado que os projetos, especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

17.9. A Contratada deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do Instrumento Contratual, observando a legislação tributária vigente.

17.10. O Instrumento Contratual compreenderá a totalidade dos serviços, baseado na relação de preços propostos pela Licitante, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

17.11. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

representá-lo nas questões inerentes a execução do Instrumento Contratual.

17.12. A empresa contratada deverá colocar e manter placas indicativas do empreendimento, que deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.

17.13. Concluir a execução dos serviços, objeto deste Edital, de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos neste Edital e anexos.

17.14. Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Instrumento Contratual, isentando a PMV de qualquer responsabilidade.

17.15. Comunicar, por escrito, a PMV qualquer dificuldade eventual que inviabilize a execução dos serviços, a fim de serem adotadas as providências cabíveis em tempo hábil.

17.16. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes ao objeto deste Edital.

17.17. Será permitida subcontratação de até 30% (trinta por cento) dos serviços contratados. Vale salientar que a subcontratação será permitida apenas para os itens/serviços que, comprovadamente, sejam complexos ao ponto de somente poder ser executado por empresas específicas, devendo ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

17.18. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo, a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, desde que devidamente apurados na forma da legislação vigente e sejam comunicados à PMV, no prazo máximo de até 02 (dois) dias da ocorrência.

17.19. Arcar com todos os encargos de natureza tributária, social e para-fiscal e as obrigações trabalhistas e previdenciárias, vez que não haverá vínculo empregatício dos empregados da **CONTRATADA** com a PMV.

17.20. Arcar com as despesas decorrentes de quaisquer infrações, seja qual for, praticada por seus empregados nas dependências da PMV.

17.21. Manter, durante toda a vigência do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, a PMV, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Instrumento Contratual.

17.22. Ficará responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Instrumento Contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

17.23. Apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a **ART - Anotação de Responsabilidade Técnica** emitida pelo CREA/BA, referente ao objeto desta licitação, referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, e outras peças técnicas em conformidade com a Súmula TCU 260.

17.24. A responsabilidade pela qualidade dos serviços executados e materiais fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado.

17.25. A contratada é responsável única e exclusiva, pela imperfeição, insegurança ou falta de solidez dos trabalhos executados, ainda que verificadas após sua aceitação por esta administração, sendo certo que nenhum pagamento desta isentará a contratada de tal responsabilidade civil estabelecida no Código Civil.

17.26. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do Instrumento Contratual em que se verificarem vícios ou defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados. (Art. 45, §1º, inciso I,II,III,IV e V da Lei 14.133 de 2021). O prazo de garantia contratual é aquele estabelecido na Lei Nº 8.0789, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17.27. A **CONTRATADA** em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Administração e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

escrito, à Administração.

17.28. O objeto do Instrumento Contratual será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

#### 18. DOS PAGAMENTOS, DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

18.1. Os pagamentos dos serviços executados serão medidos e pagos em conformidade com os itens previstos no orçamento referencial da Prefeitura e os respectivos valores propostos pela empresa vencedora da licitação, dos serviços que tenham sido efetivamente executados no período da medição.

18.2. O atraso injustificado na execução da parcela sujeita o contratado às sanções contratuais cabíveis previstas no Edital e no Instrumento Contratual.

18.3. Os preços contratuais, em Reais, para a execução das obras, serão reajustados e atualizados na forma do disposto na minuta do Instrumento Contratual.

18.4. O valor do Instrumento Contratual poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, tomando-se por base a variação do INCC - Índice Nacional de Construção Civil ou, na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

18.5. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme incisos, X e XI do Art. 92 da Lei Federal 14.133/21, será de 15 dias corridos.

18.6. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que a **CONTRATADA** tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

18.7. Para liquidação, a nota fiscal deve ser composta por:

- a) Dados do contratado;
- b) Dados da contratante;
- c) Período de execução da medição;
- d) Valor da medição;
- e) Valores referente as Retenções Tributárias;
- f) Quanto a situação tributária, a nota fiscal deverá ser acompanhada pelos equivalentes instrumento de cobrança munido de suas comprovações quanto a sua situação fiscal, conforme art. 68 da Lei 14.133/2021. Se constatado pendências/irregularidade, a contratada terá um prazo de 05 (dias) úteis, para sua regularização.

18.8. A nota fiscal, estando em conformidade com o quanto determinado no edital, a mesma será atestada pela fiscalização do Instrumento Contratual.

18.9. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme Ordem de Serviço e atesto da Nota Fiscal, de acordo com os serviços efetivamente executados, juntamente com relatório fotográfico colorido referente ao ANTE e DEPOIS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da fatura da empresa, de acordo com os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, de acordo com as condições/especificações constantes na proposta e edital, além dos seguintes documentos:

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO), se couber.
- b) Planilha de medição devidamente atestada pelo responsável técnico da **CONTRATADA**;
- c) Nota Fiscal contendo a discriminação do período de realização da despesa, número do Instrumento





## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Contratual e número de medição;

- d) Cópia da Folha de Pagamento, já paga, do pessoal contratado para execução dos serviços
- e) Certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista
- f) Cópias da Guia de Recolhimento do FGTS, da GFIP – Informações à Previdência Social e da Relação da GFIP, já pagas;

18.10. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

## **19. DOS ADITIVOS E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO**

### **19.1. Dos Aditivos:**

19.1.1. Fica vedada a celebração de termos aditivos ao Instrumento Contratual, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

19.1.2. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior.

19.1.3. Caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência.

19.1.4. Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração Pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da Contratada, observados os limites previstos no Artigo 125 da Lei Nº 14.133/2021.

19.1.5. O julgamento do menor preço terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos.

19.1.6. Alterações por necessidade de adequações técnicas do Projeto contratado poderão acarretar acréscimos contratuais apenas se decorrerem de fatos supervenientes à elaboração da proposta, como alterações normativas e indisponibilidade de materiais no mercado.

19.1.7. A assinatura do Instrumento Contratual implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alterações quantitativas ou qualitativas que decorram de erros, falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos dos projetos não serão causa de qualquer forma de acréscimo de valor ao Instrumento Contratual.

### **19.2. Da Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro:**

19.2.1. A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Instrumento Contratual, além de obedecer aos requisitos previstos na Lei Federal Nº 14.133/2021, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do Instrumento Contratual para mais ou para menos, respectivamente.

19.2.2. Ocorrendo alteração das condições econômicas fundamentais preexistentes na assinatura do Instrumento Contratual, será assegurada a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na conformidade do disposto no Art. 124, II, “d”, da Lei Nº 14.133/21.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Sem prejuízo das regras previstas nos Art. 155 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021, constantes do Capítulo I, incluso no Título IV, comete ato passível de sanção o Licitante que:

19.1.1. der causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 19.1.2. der causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 19.1.3. der causa à inexecução total do Instrumento Contratual;
- 19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.6. não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 19.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Instrumento Contratual;
- 19.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Instrumento Contratual;
- 19.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.12. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. As sanções aplicáveis são advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no Art. 156 da Lei Nº 14.133/2021, Capítulo I, incluso no Título IV da normativa federal, e demais disposições da legislação vigente.

19.3. A multa, no âmbito do Instrumento Contratual, que poderá ser:

I - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega, execução do objeto do Instrumento Contratual ou na recusa e/ou esgotamento do prazo estimado para assinatura de recebimento das Ordens de Fornecimento, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 1 (um) mês;
- b) 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente;
- c) 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, na recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento, calculados sobre o valor correspondente da referida Ordem;

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do Instrumento Contratual, calculada sobre a parte inadimplida;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual, pela sua inexecução total; poderá a Prefeitura Municipal de Valença, reter o pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto à mesma. Não será aplicada multa se, comprovadamente, a recusa na prestação dos serviços advir de caso fortuito ou fatos supervenientes. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, prejuízo das multas previstas neste edital e no Instrumento Contratual e das demais cominações legais.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

20.2. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pela Agente de Contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 20.3. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das Licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e da interposição de recurso(s), se for o caso;
- 20.4. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.
- 20.5. A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento por menor que seja;
- 20.6. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus ANEXOS, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 20.7. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.
- 20.8. A Prefeitura Municipal reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer Licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da Licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 20.9. É facultado à Prefeitura Municipal, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.
- 20.10. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, poderá a Licitante, revalidar, sob consulta, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.
- 20.11. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o Instrumento Contratual vinculado a esta licitação, fica eleito o foro da Comarca de Valença/Ba, com exclusão de qualquer outro.
- 20.12. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 20.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.13.1. ANEXO I – Termo de Referência - (Disponível no Portal do Licitanet);
- 20.13.2. ANEXO II – Modelo de Declarações;
- 20.13.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 20.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial;
- 20.13.5. ANEXO V – Modelo de Atestado de Visita Técnica;
- 20.13.6. ANEXO VI – Minuta do Instrumento Contratual.

Valença, 12 de março de 2026.

Luciana Brito Bispo Nascimento  
**Agente de Contratação**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 048/2026.**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 005/2026.**  
(DISPONÍVEL NO PORTAL DO LICITANET)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 048/2026.**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 005/2026.**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito preferencialmente em papel timbrado do licitante)

Valença/Bahia, XX de XXXXX de 2026.

Ilmº. Sr.

A Agente de Contratação (a) Oficial do Município de Valença/Bahia.

Ref.: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 005/2026.**

A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX(NOME),

**DECLARA** para os devidos fins, nunca ter sido declarada inidônea para licitar e celebrar contratos com a administração pública, e que está de acordo com as exigências do presente Edital;

**DECLARA** também, sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros;

**DECLARA** que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988;

**DECLARA** que está plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Edital;

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)  
(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

**Carimbo da empresa:**

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 048/2026.**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 005/2026.**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito preferencialmente em papel timbrado do licitante)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal ou credenciado Sr (a). \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do Artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do Artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do Art. 3º, da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)

(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX







PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

XXXXXXXXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

A validade da Proposta é de: 60 (sessenta) dias.

**Assinatura e Carimbo da Empresa**

**ANEXO V**  
**MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 048/2026.**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 005/2026.**

**ATESTO** para os devidos fins, que o Sr(a) ....., profissional devidamente qualificado, mediante apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de cargo ou função da Empresa Licitante ....., portador(a) da Carteira de Identidade Nº..... e do CPF Nº ....., visitou e vistoriou as áreas e os locais de intervenção, onde serão executados os serviços, objeto da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA – Nº 005/2026**, juntamente com representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, tendo tomado conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações contratuais referentes a execução do objeto desta licitação.

Local e data,

\_\_\_\_\_  
(nome e nº da identidade do proponente licitante (responsável legal))

\_\_\_\_\_  
(nome e nº da identidade do representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

ANEXO VI  
MINUTA DO CONTRATO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 048/2026.  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 005/2026.

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Nº XXXX/2026 QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
VALENÇA/BAHIA, E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE VALENÇA-BA**, pessoa jurídica de direito interno, inscrito no CNPJ sob o Nº **14.235.899/0001-36**, com Sede Administrativa na Travessa General Labatut, S/Nº - Centro – Valença/Bahia., CEP **45.400-000**, por seu Prefeito **Marcos Antônio Medrado**, [nacionalidade, estado civil], portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ [número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) Nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº \_\_\_\_\_, estabelecida [inserir endereço completo], doravante denominada **CONTRATADA**, representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo, nacionalidade, estado civil e profissão], portador da Cédula de Identidade Nº \_\_\_\_\_ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) Nº \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], com base no Edital do **Concorrência Eletrônica – Nº 005/2026**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo Nº 048/2026** em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Concorrência Eletrônica – Nº 005/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para a Execução de Serviços Continuados de Manutenção e Conservação da Infraestrutura Urbana, abrangendo Pavimentação em Paralelepípedo, Piso Intertravado e em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), em diversos Logradouros do Município de Valença, de acordo com as Especificações e Quantitativos constantes no Termo de Referência e Planilha Orçamentária.**

1.2. Objeto da Contratação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....),

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (caso seja necessário);
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **iv) Multa:**

- 1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

### ESTADO DA BAHIA - BRASIL

contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com Agente Público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Oficial do Município e no Portal da Transparência, na forma prevista na Lei Federal 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Valença/Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Valença, XX de XXXXXXX de 2026.

**MUNICÍPIO DE VALENÇA**  
MARCOS ANTÔNIO MEDRADO

**[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**  
Representante legal: [Nome Completo]  
CI: [Número e Órgão emissor]  
CPF: [Número]

Instrumento de outorga de poderes: [Procuração/Contrato Social/Estatuto Social]

**TESTEMUNHAS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 1-
- 2-